



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS – DCH | CAMPUS VI - CAETITÉ
COLEGIADO DE LETRAS LÍNGUA PORTUGUESA

CLEISLA HELLEN BORGES PAES

A ARQUITETURA DO SUJEITO (A)NORMAL EM
FLORES PARA ALGERNON

CAETITÉ – BA

2026

CLEISLA HELLEN BORGES PAES

**A ARQUITETURA DO SUJEITO (A)NORMAL EM
*FLORES PARA ALGERNON***

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Universidade do Estado da Bahia – Departamento de Ciências Humanas Campus VI, como requisito para obtenção do título de Licenciada em Letras Língua Portuguesa e Literaturas.

Orientador (a): Prof. Me. Victor Pereira Sousa

CLEISLA HELLEN BORGES PAES

A ARQUITETURA DO SUJEITO (A)NORMAL EM FLORES PARA ALGERNON

Trabalho de conclusão de curso aprovado pela banca examinadora para obtenção do grau de Licenciada em Letras Língua Portuguesa e Literaturas na Universidade do Estado da Bahia com nota: 10,0.

Caetité, 02 de fevereiro de 2026.

BANCA EXAMINADORA

Documento assinado digitalmente



VICTOR PEREIRA SOUSA

Data: 05/02/2026 08:39:47-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Me. Victor Pereira Sousa

Departamento de Ciências Humanas - Campus VI - UNEB

Profa. Dra. Zoraide Portela Silva

Departamento de Ciências Humanas - Campus VI - UNEB

Profa. Dra. Sidnay Fernandes Dos Santos Silva

Departamento de Ciências Humanas - Campus VI - UNEB

– Eu sou um ser humano, uma pessoa, com pais e memórias e história, e eu era antes de vocês me levarem para aquela sala de cirurgia!
(Keyes, 2018, p. 152).

AGRADECIMENTOS

Agradeço, em primeiro lugar, a Deus, por me conceder força e perseverança nesta árdua caminhada. Por me mostrar, a cada dia, que sou capaz de superar meus limites. Pela força que me sustentou nos momentos de cansaço, incerteza e angústia, sobretudo nos dias em que estive doente. Sem ele, eu não chegaria até aqui. “Direi do Senhor: Ele é o meu Deus, o meu refúgio, a minha fortaleza, e nele confiarei.” (Sl 91, 2).

À minha família, em especial aos meus pais, Eliane e Clebson, e aos meus avós Benta, Edson, Lindalva e José (in memoriam), por acreditarem em mim mesmo quando eu mesma já não acreditava. Obrigada por estarem ao meu lado, incentivando, cuidando e provendo para que nada me faltasse longe de casa, permitindo-me dedicar aos estudos. Por todo amor, carinho e por serem meus exemplos de força e coragem, inspirando-me a ser uma pessoa melhor. Aos meus irmãos, Lucas e Nelson, agradeço pelo apoio e pela parceria de sempre. Obrigada, família, por sonharem junto comigo! Dedico este trabalho a vocês.

Ao meu orientador, Victor Sousa, expresso minha profunda gratidão por caminhar ao meu lado neste processo, apoiando-me, incentivando-me e compartilhando comigo seus conhecimentos. Agradeço, acima de tudo, pela sensibilidade em compreender as minhas ausências quando não estava bem. Sua orientação, paciência e humanidade contribuíram de forma significativa para a minha formação. Para além do âmbito acadêmico, encontrei em você um amigo.

Agradeço também à minha orientadora de Iniciação Científica, Sidnay Fernandes. Suas aulas de Análise do Discurso, marcadas por sensibilidade e paixão, somadas à orientação na Iniciação Científica, foram essenciais para a minha formação acadêmica e como pesquisadora, desenvolvendo em mim um olhar atento para a interpretação dos sentidos, bem como o interesse pela área.

Aos meus colegas e amigos Danielle, Maria Isabel, Carla, Gabriel, Milene e Josias Mohabe, que compartilharam comigo momentos de alegria, bem como aqueles difíceis, tornando essa jornada mais leve e significativa. Foram muitas noites em claro preparando trabalhos, o medo constante de não dar conta, os choros e, enfim, o alívio quando tudo dava certo.

Agradeço, ainda, aos momentos difíceis e às noites em claro, que me fizeram crescer, sair da zona de conforto e reconhecer minhas capacidades e limitações. Nesse percurso, aprendi que não precisamos ser bons em tudo, mas fazer o melhor dentro das condições que estão ao nosso alcance. Como afirma Mario Sergio Cortella: “Faça o teu melhor na condição que você tem, enquanto você não tem condições melhores para fazer melhor ainda”. Essa compreensão

me levou a valorizar o processo e cada conquista alcançada; este trabalho é uma delas – a maior de todas.

RESUMO

Os discursos operam como instrumentos de controle e poder, produzindo regimes de verdade e instituindo normas que regulam comportamentos e forjam identidades (Foucault, 2009). Os corpos, por sua vez, são moldados para atender a uma lógica funcional-produtiva, aqueles que não se adequam a ela, seja por seu aspecto biológico ou moral, são interpretados como anormais. Este Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) objetiva compreender em que medida os discursos da (a)normalidade atravessam e/ou constituem o sujeito que protagoniza a obra *Flores para Algernon* e que tem a inteligência questionada. Pretende-se entender a noção de sujeito, além dos conceitos de normalidade e de anormalidade para Michel Foucault, para se visualizar como a inteligência é discursivizada na obra. Para tanto, buscou-se descrever e interpretar como o sujeito dentro da normalidade é atravessado por camadas que o fazem percebido socialmente como inteligente, problematizando, assim, os efeitos desse discurso e demonstrando como ele contribui para a consolidação de práticas excludentes, de marginalização social, ao reforçar noções de normalidade e anormalidade. O corpus analítico é composto de recortes específicos da infância e da vida adulta do sujeito protagonista, especialmente aqueles situados pós-cirurgia de aumento de QI, entendido aqui como um acontecimento significativo no fio narrativo. Assim, serve-se dos estudos foucaultianos acerca do discurso (1995-2009), bem como os estudos de Franceschini (2012), Fonseca-Silva (2007), Gregolin (2004) e Courtine (2013) que auxiliam na sua compreensão. Com isso, constatou-se que a identidade (a)normal do sujeito resulta de práticas normativas que elevam a inteligência à condição de norma.

Palavras-chave: Sujeito; Discurso; (a)normalidade; *Flores para Algernon*.

ABSTRACT

Discourses operate as instruments of control and power, producing regimes of truth and instituting norms that regulate behaviors and forge identities (Foucault, 2009). Bodies, in turn, are molded to meet a functional-productive logic; those that do not conform to it, whether due to their biological or moral aspects, are interpreted as abnormal. This Undergraduate Thesis aims to understand to what extent discourses of (ab)normality traverse and/or constitute the subject who is the protagonist of the work *Flowers for Algernon* and whose intelligence is questioned. It intends to understand the notion of subject, beyond the concepts of normality and abnormality for Michel Foucault, in order to visualize how intelligence is discursively constructed in the work. To this end, the study sought to describe and interpret how the subject within normality is traversed by layers that make him socially perceived as intelligent, thus problematizing the effects of this discourse and demonstrating how it contributes to the consolidation of exclusionary practices and social marginalization by reinforcing notions of normality and abnormality. The analytical corpus is composed of specific excerpts from the childhood and adult life of the protagonist, especially those situated after IQ-enhancing surgery, understood here as a significant event in the narrative thread. Thus, it uses Foucault's studies on discourse (1995-2009), as well as the studies of Franceschini (2012), Fonseca-Silva (2007), Gregolin (2004), and Courtine (2013), which aid in its understanding. With this, it was found that the (a)normal identity of the subject results from normative practices that elevate intelligence to the status of a norm.

Keywords: Subject; Discourse; (ab)normality; *Flowers for Algernon*.

Sumário

Introdução	10
1. O enunciado e sua função enunciativa	11
2. Entre a norma e a anormalidade: uma identidade em transição	13
3. O exercício do poder na disciplinarização dos corpos	18
4. A espetacularização do (a)normal	24
Considerações finais.....	27
Referências.....	29

Introdução

As sociedades são constituídas, historicamente, numa relação intrínseca entre discurso e sujeito. Os discursos, segundo Foucault (2009), operam como instrumentos de controle e poder, estabelecendo normas que regulam comportamentos e moldam identidades. Nessa perspectiva, discursos como o da (a)normalidade instituem o que é aceitável ou desviante, categorizando aqueles que transgridem a norma como anormais. Em *Flores para Algernon* (2018), obra do escritor americano Daniel Keyes, essas questões ganham destaque a partir do sujeito protagonista, Charlie Gordon, cuja inteligência reflete diretamente a construção social de normalidade e anormalidade.

No texto em questão, Charlie é descrito como um homem de trinta e dois anos, que possui um QI¹ abaixo da média. Para aumentar a sua inteligência, esse sujeito se submete a uma cirurgia experimental, a qual modifica não apenas as suas capacidades cognitivas. O que modifica também o modo como ele é discursivamente subjetivado por outras pessoas do seu círculo social. Frente a isso, a presente pesquisa almeja compreender em que medida os discursos da (a)normalidade atravessam e/ou constituem o sujeito que protagoniza a obra *Flores para Algernon*.

Para tanto, pretende-se apreender a noção de sujeito para Michel Foucault, além dos conceitos normalidade e indivíduo a ser corrigido (anormal), compreendendo como a inteligência é discursivizada na obra. Para além disso, busca-se descrever e interpretar como o sujeito considerado dentro da normalidade é atravessado por camadas discursivas que o fazem ser socialmente reconhecido como inteligente.

Diante disso, a motivação para este estudo surgiu de uma inquietação pessoal despertada pela leitura da obra a ser aqui analisada. Em especial, pela recorrência de termos como inteligência e normal, que, embora, à primeira vista, pareçam comuns, possuem uma forte carga simbólica. Eles são mecanismos discursivos de poder e controle sobre a identidade do sujeito. Assim, a trajetória de Charlie, enquanto indivíduo anormal, evidencia os limites entre a aceitação social e a marginalização.

Embora seja uma obra fictícia publicada na década de 1960, as dinâmicas discursivas retratadas ainda se fazem presentes nas práticas atuais, em que o quociente de inteligência é um dos parâmetros de normalidade que contribui para a consolidação de práticas excludentes, de

¹ O quociente de inteligência (QI) é uma medida que visa quantificar a inteligência de um indivíduo em comparação com a média geral da população, por meio de critérios específicos de referência.

marginalização social. Assim sendo, ao questionar os impactos desses discursos, tenciona-se promover uma reflexão crítica sobre esses dizeres enraizados socialmente.

Este estudo organiza-se, assim, em quatro seções principais, fundamentadas no método arqueogenalógico proposto por Foucault (1995-2009); tendo como corpus analítico sequências linguísticas que constituem a infância e a vida adulta, retomadas pela memória pós-cirurgia, expondo os efeitos de sentido decorrentes da alternância de papéis do sujeito. Nesse contexto, a primeira seção apresenta uma discussão teórica acerca do enunciado e sua função enunciativa, bem como de seus constituintes.

A segunda, por sua vez, percorre a historicidade das anomalias e as noções de normalidade e anormalidade, articulando-as aos recortes analíticos pertinentes ao tema. A terceira se dedica à análise do exercício do poder disciplinar nas práticas discursivas que atravessam o sujeito protagonista, identificando mecanismos de exclusão. Por fim, a última seção investiga o corpo anormal como objeto de espetacularização.

1. O enunciado e sua função enunciativa

Em *A Arqueologia do Saber*, Foucault (2005) dedica-se à compreensão da constituição do sujeito e, para isso, formula conceitos essenciais, como a definição de enunciado e seus constituintes. Ao construir essa noção, o autor esclarece, primeiramente, o que não se configura como tal. Nesse sentido, o enunciado não deve ser equiparado à frase porque não se limita às estruturas que organizam a língua e requerem a presença de palavras, não sendo possível reduzi-lo às regras gramaticais. Ele pode ser identificado, por exemplo, em árvores genealógicas, equações matemáticas, ou seja, “[...] deixamos de poder falar em enunciado quando sob a própria frase, ascendemos ao nível dos seus constituintes”. (Foucault, 2005, p. 119).

Todavia, ele também não é uma proposição porque se encontra no plano discursivo. Uma estrutura proposicional definida, ainda assim, não é suficiente, pois é possível haver “[...] dois enunciados perfeitamente distintos [...], ao mesmo tempo que há apenas uma proposição [...], obedecendo a um só e mesmo conjunto de leis de construção, e [...] possibilidades de utilização” (Foucault, 2005, p. 118-119).

O enunciado também não é equivalente ao ato de fala, embora seja a categoria mais próxima, pois numa relação mútua, cada ato de fala poderia se manifestar em um enunciado que, por sua vez, seria habitado por um ato de fala. Tal analogia, no entanto, não se sustenta porque o enunciado precisa atender a procedimentos específicos da função enunciativa, a qual é responsável por conferir o caráter de enunciado à proposição, à frase ou ato de linguagem.

Em outras palavras, “o enunciado, como função de existência, relaciona as unidades de signos, que podem ser frases ou proposições” (Fonseca-Silva, 2007, p. 43), não se reduzindo, portanto, a unidades linguísticas.

Assim, Foucault (2005, p. 125) define o enunciado como “[...] uma função que cruza um domínio de estruturas e de unidades possíveis e que as faz aparecer, com conteúdos concretos, no tempo e no espaço”. Para tanto, deve-se identificar a presença de quatro componentes: referente, sujeito, domínio associado e materialidade, os quais possibilitam sua materialização no discurso.

O primeiro elemento, o referencial, não se compõe de coisas, fatos, realidades ou seres, mas de um conjunto de leis, as quais determinam as condições para que certos objetos possam existir e serem nomeados no discurso. Isso porque, no funcionamento da função enunciativa, o enunciado se constitui em relação a um referencial. Ele “[...] forma o lugar, a condição, o campo de emergência, [...]; define as possibilidades de aparecimento e de delimitação daquilo que dá à frase o seu sentido, à proposição o seu valor de verdade” (Foucault, 2005, p. 13). O referencial, portanto, atua no discurso como o princípio que torna possível a emergência, o estabelecimento de limites ou desaparecimento dos enunciados (Fonseca-Silva, 2007).

Além disso, para que o enunciado seja considerado uma função, é necessário que tenha sido formulado por um sujeito, não podendo este ser confundido com o gramatical da frase ou autor do livro. Na perspectiva foucaultiana, o sujeito é entendido como uma posição determinada e vazia, na qual distintos indivíduos podem ocupá-la, em condições específicas, o que permite uma única pessoa assumir diferentes papéis (Fonseca-Silva, 2007).

Na esteira da discussão em torno do sujeito, no texto *O Sujeito e o Poder*, Foucault (1995) revela-nos três modos de objetivação. O primeiro modo, o investigativo, busca alcançar o status de ciência por meio da subjetivação do sujeito, seja ele do discurso, econômico ou ser vivente. O segundo centra-se nas práticas divisoras, em que ele é colocado em relações de oposições, como, por exemplo, “[...] o louco e o são, o doente e o sadio, os criminosos e os ‘bons meninos’” (Foucault, 1995, p. 231). O terceiro, por sua vez, diz respeito ao modo pelo qual o indivíduo torna-se sujeito, interessando a esta análise os dois últimos métodos, pois buscaremos entender o sujeito Charlie Gordon em sua relação com a normalidade e anormalidade.

O domínio associado, terceiro componente que constitui o enunciado, configura-se como um campo discursivo o qual estabelece vínculos aos enunciados que tratam de um objeto. Entretanto, essa relação não corresponde a uma mera ligação entre os objetos com as coisas ditas ou com o sujeito que fala, visto que objeto do discurso é uma construção, em que um

conjunto de elementos determina seu sentido. Diante disso, Franceschini (2012, p. 39), comentarista dos postulados foucaultianos, ressalta que esse campo se constitui de quatro elementos: “a) série enunciativa na qual o enunciado está inscrito; b) série de enunciados à qual o enunciado faz referência; c) conjunto de enunciados possíveis de serem formulados e/ou reformulados; e d) status do enunciado com relação ao campo discursivo no qual está inscrito”. Tais constituintes possibilitam a coexistência e ordenamento do enunciado em relação ao objeto, determinando seu sentido.

Em última condição, o caráter existencial de um enunciado depende de um suporte material que se constitui de uma substância, um suporte, um local e uma temporalidade, que alteram a identidade do enunciado quando tais condições se modificam. Essa materialidade, segundo Foucault (2005), define-se pelo estatuto de coisa e/ou objeto, sendo passível de revisão. Dessa maneira, o enunciado só existe ao vincular-se a um suporte material situado em um lugar, numa data específica, pois cada enunciação é singular e nela há a ocorrência de um acontecimento discursivo.

2. Entre a norma e a anormalidade: uma identidade em transição

As chamadas “anomalias”, entendidas como deformidades físicas, mentais e morais do corpo, sempre despertaram fascínio e inquietação. Historicamente, indivíduos com características incomuns, ou seja, aqueles cujos padrões se afastam da normalidade, são submetidos a vigilância, controle e práticas de correção, sustentadas por distintos campos do saber. Esse mecanismo de segregação se materializava por meio da exclusão dos loucos, as “naus dos insensatos”, no século XVI e, posteriormente, no século XIX, na Europa, em espaços como as “feiras humanas”.

Exibia-se aos olhares curiosos os chamados “erros da natureza”, utilizando-se de uma diversidade de dispositivos, seja cartões postais, seja sua apresentação em feiras, teatros, cafés. Dessa forma, “a exibição do anormal tinha realmente por objeto a propagação de uma norma corporal” (Courtine, 2013, p. 125), estabelecendo uma cisão entre o normal e a anormalidade. Segundo Fonseca-Silva (2007), o princípio da segregação tem raízes profundas, exercendo-se por meio da palavra, de forma que apenas determinados discursos têm autorização para circular, exercidos de maneira e com efeitos diferenciados por um conjunto de instituições.

Nesse contexto, compreender a anomalia se torna fundamental para elucidar o deslocamento dos castigos infligidos ao corpo físico do condenado para técnicas disciplinares voltadas à formação de corpos adestrados. Em *Os Anormais*, Foucault (2001) identifica três

figuras centrais que constituem a anomalia: o monstro humano, o indivíduo a ser corrigido e a criança masturbadora.

Sob essa perspectiva, a primeira figura abordada por Foucault (2001), o monstro humano, distingue-se por sua existência e forma violar não apenas as leis sociais, mas também as leis naturais. Por sua dupla infração, ele é o limite e a exceção em seu campo de emergência: jurídico-biológico. O anormal, portanto, “é no fundo um monstro do cotidiano, um monstro banalizado” (Foucault, 2001, p. 71), que concilia o impossível com o proibido, sendo sua existencialidade um ato criminoso. Conforme Courtine (2013, p. 129), “[...] o monstro obedece à lei comum que rege a ordem do vivente. Trata-se doravante de um homem, mesmo que de um homem ‘inacabado’, um ‘embrião permanente’, ‘a natureza interrompida no caminho’ [...]”.

Foucault (2001) salienta que, a partir do século XIX, tal figura passa a ser concebida pelo viés jurídico-moral, em que um conjunto de leis o determina. Para o autor, da mesma maneira que o monstro no passado tinha a possibilidade de ser um transgressor da lei, o criminoso pode possuir em seu cerne um indício de monstruosidade: “todo criminoso poderia muito bem ser, afinal de contas, um monstro, do mesmo modo que outrora o monstro tinha uma boa possibilidade de ser criminoso” (Foucault, 2001, p. 101).

Diferente do monstro, que é uma exceção, o indivíduo a ser corrigido apresenta uma taxa de regularidade maior. Seu contexto de referência, segundo o estudioso, é mais restrito, limitando-se à instituição familiar, que atua como detentora do poder interno e no controle da sua economia, ou nas relações próximas, estabelecidas entre a família e seus apoiadores, como a escola, a igreja, entre outros. Desse modo, essa figura revela-se por meio de um jogo de relações de conflito e redes de apoio.

O monstro, para Courtine (2013), ainda que anteceda a figura do anormal do século XIX, não desaparece com o surgimento deste, mas continua coexistindo por muito tempo, chegando, em certos momentos, a ser confundido com ele. “Foucault praticamente só se preocupa, com efeito, com a transposição da transgressão monstruosa do domínio do vivente ao da lei, com a mutação da deformidade anatômica em monstruosidade criminal”. (Courtine, 2013, p. 116)

A terceira figura, o onanista, encontra-se em um espaço mais afinado, onde uma complexa rede está organizada em torno do indivíduo e seu corpo. Ele apresenta um conjunto de atributos próprios que o definem como tal. Para o teórico, o masturbador emerge como um indivíduo universal, e a prática de masturbação apresenta-se como um segredo comum a todos; sendo considerada, por muitos, a raiz de todas as enfermidades. Nesse contexto, a monstruosidade revela-se onde há desordem da lei natural, impactando diretamente no direito

– civil, canônico ou religioso – infringindo, portanto, as leis estabelecidas pelas estruturas sociais ou religiosas (Foucault, 2001).

De tal modo, essas três figuras antecedem e constituem o anormal. A monstruosidade natural se deslocou para o campo da conduta moral. A anomalia deixou de ser um atributo exclusivo a figuras singulares, como aquelas exibidas nos espetáculos ou aquelas aprisionadas nas embarcações dos loucos, para se reinscrever no interior das práticas ordinárias, tornando todos os desvios passíveis de correção.

Como ressalta Courtine (2013), a exibição espetaculosa da monstruosidade possui raízes profundas demais para desaparecer tão facilmente, pois está ligada a uma necessidade psíquica. Assim, sob novas roupagens, as práticas corretivas dirigidas ao monstro e/ou anomalia continuam a operar, por meio de normas sociais, educativas e institucionais que garantem a manutenção do controle sobre os corpos.

As noções de normalidade e anormalidade, nesse contexto, produzem-se como efeitos de práticas discursivas historicamente situadas, nas quais norma e desvio se definem simultaneamente por meio de um jogo relacional. Nesse processo, o sujeito (a)normal se constitui em relação ao saber, poder e ética. Segundo Gregolin (2004, p. 96), o saber é “[...] o campo de coordenação e de subordinação dos enunciados em que os conceitos aparecem, se definem, se aplicam, e se transformam”.

Assim, a ideia de (a)normalidade é regida por práticas normativas, estabelecidas socialmente, que determinam o aceitável e o desviante. O sujeito, nesse contexto, está no centro dessa aparelhagem em que discursos e instituições operam na sua gestão. Charlie, por sua vez, transita por essas instâncias, alternando entre a identidade (a)normal como se observa nas formulações linguísticas (FLs) a seguir:

FL1: [...] toda minha vida eu quiz ser inteligente e não burro e minha mãe sempre falou pra mim tentar e mi esforçar quinem a professora Kinnian fala mais é muinto difícil ser inteligente e mesmo quando eu aprendo algo na aula da professora Kinnian no instituto eu mi esqueço bastante. [...] eu quero muito ser uma peçoa menos inbesil e aprender e eu inclusive quero mais que os colegas que sabem mais do que eu. (Keyes, 2018, p. 12, grifo do autor).

FL2: Nenhum deles me olhava nos olhos. Eu ainda consigo sentir a hostilidade. Antes, riam de mim, desprezando-me por minha ignorância e estupidez; agora, eles me odiavam por meu conhecimento e compreensão. Por quê? O que, em nome de Deus, eles queriam de mim? Essa inteligência tinha gerado uma cisão entre mim e todas as pessoas que conhecia e amava [...]. (Keyes, 2018, p. 104).

FL3: Rose gritando [...] que tornar Charlie normal é mais importante que qualquer coisa. Assustado com a desavença, Charlie soluça. O som de raiva nas duas vozes é doloroso para ele. Assim que entram no apartamento, ele se afasta e corre para o canto na cozinha, atrás da porta, e fica em pé, pressionando a testa contra a parede de

azulejos, tremendo e gemendo. Eles não prestam atenção nele. Esqueceram que Charlie tem que trocar de roupa e ser lavado. [...] – Isso não é verdade! Mas eu entendo que não há nada que possamos fazer. Quando você tem um filho como ele, é uma cruz que você carrega e ama. (Keyes, 2018, p. 135)

As formulações apresentadas revelam o modo pelo qual esse sujeito fala de si, bem como é discursivizado no interior das instâncias das quais participa. Desse modo, na FL1 ele se subjetiva a partir de um regime de saber institucionalizado em que a verdade pedagógica se estabelece segundo a lógica produtiva. Na situação descrita, o sujeito Charlie, no laboratório com os especialistas responsáveis pela cirurgia, havia acabado de realizar um teste pré-operatório no qual não obteve êxito.

Percebe-se que ele utiliza expressões estigmatizantes, como “inbesil” e “burro” para se descrever. Tais escolhas, somadas ao desejo de ser “inteligente”, operam no interior de uma categoria discursiva de normalidade, que define o desempenho de aprendizagem e a hierarquização dos sujeitos. Inserido nesse regime, o sujeito Charlie se percebe como diferente, anormal, “um monstro do cotidiano” (Foucault, 2001, p. 71). Assim, ao reproduzir os dizeres da mãe e da professora sobre a necessidade de “tentar se esforçar” (FL1), ele internaliza um olhar normatizador, que regula êxito escolar. Nesse movimento, o sujeito transfere para si a culpa do seu fracasso escolar, fabricando uma subjetividade deficitária, monstruosa, colocando-o à margem da norma.

Na FL2, observa-se uma reconfiguração da posição-sujeito. A inteligência que antes percebida como falta e marcador de anormalidade, passa a ser significada como perigo às estruturas que o cercam. Nesse sentido, a formulação em questão se refere à despedida do sujeito protagonista do emprego da padaria, motivada pelo seu desenvolvimento intelectual, como se evidencia em: “Antes, riam de mim, desprezando-me por minha ignorância e estupidez; agora, eles me odiavam por meu conhecimento e compreensão” (Keyes, 2018, p. 104).

Os funcionários do local, que anteriormente o interpretavam como deficitário, aproveitando-se disso para ridicularizá-lo, começam a enxergá-lo como uma ameaça, reconfigurando as relações de poder que o atravessam. Nessa perspectiva, Foucault (1995, p. 232) ressalta que “[...] enquanto o sujeito é colocado em relações de produção e significação, é igualmente colocado em relações de poder muito complexas”. Assim, em um primeiro momento, Charlie é posicionado discursivamente fora da norma, no entanto não se configura como uma ameaça, já que sua anormalidade é passível de controle.

Dessa forma, ao utilizar a cirurgia de aumento de QI como um dispositivo de normalização para adequar-se à norma, esse sujeito continua sendo o monstro, o limite e a

exceção em seu campo de emergência. Isso ocorre porque sua identidade monstruosa não desaparece, ela apenas muda de forma. Se, antes, sua anormalidade se inscrevia na falta, ou seja, a ausência de inteligência tida como naturalizada, após a intervenção cirúrgica, ela se reinscreve no excesso, no ponto em que o indivíduo ultrapassa até os próprios criadores, tornando-se uma ameaça ao regime político-disciplinar.

Essa tentativa de normalização do corpo anormal começa desde o seio familiar, sendo esta instituição responsável por um conjunto de intervenções educativas e/ou corretivas em torno do indivíduo. No contexto da FL3, essa prática se evidencia após Rose gastar bastante dinheiro da família com médicos charlatões, na busca de fazer com que Charlie se desenvolvesse como as outras crianças. Nesse processo, esse sujeito ocupa o centro da economia disciplinar, uma vez que a figura materna se coloca como principal agente de correção, vigiando e dirigindo suas ações com o objetivo de “[...] tornar Charlie normal” (Keyes, 2018, p. 135), alinhando-o ao padrão de normalidade socialmente estabelecido. Assim, “[...] veem desenhar-se em torno desse indivíduo a ser corrigido a espécie de jogo entre a incorrigibilidade e a corrigibilidade” (Foucault, 2001, p. 73), no qual o sujeito é posicionado entre aquilo que deve ser ajustado e aquilo resiste às formas de controle.

Nesse quadro, o amor materno aparece como um dispositivo que sustenta a lógica da correção; em vez de oferecer acolhimento incondicional, ele articula-se à exigência da norma social. Como destaca Foucault (2009, p. 286), existem muitos modos de governar “[...] já que muitas pessoas governam, o pai de família, o superior de um convento, o pedagogo e o professor na relação com a criança ou com o discípulo.” Nesse sentido, Rose ama o sujeito Charlie na medida em que acredita ser possível conduzi-lo ao ideal normativo que ela imagina como necessário, reduzindo-o a objeto de intervenções e desconsiderando sua existência humana: seus sentimentos, sofrimentos e desejos. Diante desse processo de desumanização, esse sujeito é significado como uma cruz que deve ser carregada e amada (FL3), mais por obrigação paternal e/ou maternal do que por afeto.

Desse modo, Charlie se torna (a)normal no interior de relações de poder que o cercam. A família desempenha papel central nesse processo, ao inscrevê-lo na marca da inadequação ao mesmo tempo em que o reposiciona como problema cuja intervenção é necessária. Para Foucault (1995, p. 246), o poder opera de múltiplas formas entre elas “[...] efeitos da palavra, através das disparidades econômicas, por mecanismos [...] de controle [...] de vigilância com ou sem arquivos, seguindo regras explícitas ou não, permanentes ou modificáveis, com ou sem dispositivos materiais, etc.”. A identidade (a)normal desse sujeito, nesse sentido, resulta de um

conjunto de práticas normativas que atravessam as relações cotidianas (família, padaria, laboratório).

3. O exercício do poder na disciplinarização dos corpos

Foucault (1995) observa que o deslocamento histórico no modo de exercício do poder sobre os corpos se configura como um dos eixos centrais da economia do poder moderno. Para o autor, ele se apresenta por meio de “uma ação sobre a ação, sobre ações eventuais, ou atuais, futuras ou presentes” (Foucault, 1995, p. 243) entre sujeitos livres capazes de agir e reagir. Nesse sentido, as relações de poder se exercem sobre o campo de possibilidades dos sujeitos, orientando ou delimitando comportamentos.

Trata-se de “conduzir condutas”, isto é, um modo de ação que envolve tanto “[...] o ato de ‘conduzir’ os outros (segundo mecanismos de coerção mais ou menos estritos)” quanto “a maneira de se comportar num campo mais ou menos aberto de possibilidades” (Foucault, 1995, p. 243-244). Desse modo, o poder não age por meio de uma coerção explícita e direta. Tal processo opera para atender a uma lógica funcional-produtiva (Foucault, 2009) em que instituições como a família, a escola, o hospital, etc., intervêm na sua gestão.

Nesse âmbito, para compreender a dinâmica do poder, Foucault ressalta a necessidade de se partir das “formas de resistência”, que, por antagonismos, as tornam visíveis, localizam a posição, descobrindo o ponto de aplicação e os métodos empregados. Parte-se, desse modo, do que o autor chama de “racionalidades específicas”, melhor dizendo, “[...] um processo em vários campos, cada um dos quais com uma referência a uma experiência fundamental: loucura, doença, morte, crime, sexualidade, etc.” (Foucault, 1995, p. 233). Essas oposições se revelam, por exemplo, na relação de poder dos pais sobre os filhos, do médico sobre o paciente, gestando o modo de vida dos indivíduos.

Tais encadeamentos, no entanto, são sempre atravessados pela presença de resistência, escapatória ou fuga, sem retornos (Foucault, 1995). Isso porque a existência das relações de poder implica uma tática de luta, que não se sobrepõe, nem elimina a sua particularidade, muito menos, confunde-se com ela. Dessa forma, em toda a estrutura social, as relações de poder se entrelaçam com as relações estratégicas.

Assim, ao abordar as sequências antagônicas presentes na sociedade, Foucault (1995) destaca ser necessário encontrar o que essas lutas possuem em comum: 1) são lutas “transversais”, uma vez que não se limitam a um regime político-econômico em específico; 2) procuram os efeitos de poder, enquanto mecanismo de controle dos corpos; 3) são “imediatas”,

por se exercer sobre indivíduos próximos, isto é, atua sobre o “inimigo imediato” e, não aguardam soluções futuras, por isso ao serem comparadas com outras teorias, são consideradas lutas anárquicas.

Além disso, 4) indagam o status do indivíduo, visto que, ao defender o direito de ser diferente e as particularidades que os tornam únicos, por outro lado, rejeitam tudo aquilo que os isola da maioria, coagindo-os a voltar-se para si e a assumir outra identidade. Também, 5) contesta os efeitos de poder referentes ao saber, à competência e à qualificação, assim, questiona-se o regime do saber, a forma pela qual ele circula e opera na relação que mantém com o poder.

Por fim, 6) “[...] todas estas lutas giram em torno da questão: quem nós somos?” (1995, p. 235), recusando o estado violento de dominação econômica e ideológica, bem como científica e/ou administrativa, que determina as identidades. Elas têm como objetivo confrontar as formas de poder, que, ao impor uma verdade normativa, categoriza e subjetiva o indivíduo, ligando-o à sua própria identidade.

Em geral, Foucault afirma que as lutas se classificam em três categorias: contra as formas de dominação – étnica, social e religiosa –; contra os modos de exploração, os quais afastam os indivíduos de sua produção; ou contra tudo aquilo que o vincula a si e o sujeita, subjetiva e submete ao outro. No entanto, mesmo que encontradas misturadas entre si, uma sempre se sobressairá. Sobre isso, o autor afirma:

Esta forma de poder aplica-se à vida cotidiana imediata que categoriza o indivíduo, marca-o com sua própria individualidade, liga-o à sua própria identidade, impõe-lhe uma lei de verdade, que devemos reconhecer e que os outros têm que reconhecer nele. É uma forma de poder que faz dos indivíduos sujeitos. Há dois significados para a palavra *sujeito*: sujeito a alguém pelo controle e dependência. e preso à sua própria identidade por uma consciência ou autoconhecimento. Ambos sugerem uma forma de poder que subjuga e torna sujeito a. (Foucault, 1995, p. 235)

Assim, ao longo dos séculos XVIII e XIX os sistemas de punição no Ocidente, segundo Foucault (2009), passaram por uma transformação: o foco deixou de estar na violência física aplicada ao corpo do condenado e se deslocou para a regulação de comportamentos e da “alma”. Dessa forma, diversas técnicas e agentes sociais passaram a participar da execução das penas, substituindo o carrasco e mediando o sofrimento do punido, como destaca Foucault (2009, p. 16):

Por efeito dessa nova retenção, um exército inteiro de técnicos veio substituir o carrasco, anatomista imediato do sofrimento: os guardas, os médicos, os capelães, os psiquiatras, os psicólogos, os educadores; por sua simples presença ao lado do condenado, eles cantam à justiça o louvor de que ela precisa: eles lhe garantem que o corpo e a dor não são os objetos últimos de sua ação punitiva.

É sob essa perspectiva que analisaremos o exercício do poder nas práticas discursivas que atravessam o sujeito Charlie Gordon, identificando a posição-sujeito que ele ocupa na ordem do discurso ao transitar nos espaços de normalidade e anormalidade. Nesse contexto, diferentes instituições, cada uma investida de uma autoridade e/ ou saber discursivo específico, intervêm na produção de sua subjetividade. A família, ao acionar discursos normativos desde a infância, procura enquadrá-lo a padrões de conduta socialmente legitimados, valendo-se, muitas vezes, de castigos e punições, em que “o castigo tem por objetivo corrigir os desvios, aquilo que foge à norma” (Franceschini, 2012, p. 64).

A escola, por sua vez, enquanto aparelho normatizador, classifica-o e o hierarquiza a partir do saber pedagógico que envolve competências e habilidades, ou seja, critérios ligados ao desempenho escolar do sujeito e a sua conduta nesse ambiente. Segundo Franceschi (2012, p. 61), nos espaços educacionais “[...] o olhar minucioso do poder é evidenciado pela disposição das cadeiras em fila, pelo controle dos alunos quanto às faltas e ao rendimento, entre outras formas de vigilância”. A instituição escolar, dessa forma, funciona como um dispositivo disciplinar, atuando por meio de estratégias específicas de vigilância, controle e regulação do comportamento dos estudantes.

De forma semelhante, o discurso da medicina também se constitui como mecanismo de controle da mente e do corpo. Ele dispõe de técnicas e diagnósticos próprios do saber médico (observações, testes, diagnósticos, medicalização, intervenções cirúrgicas etc.), que atuam na produção de verdades sobre o sujeito. Trata-se de um olhar que lê o corpo a partir de sinais clínicos, comportamentos observáveis e falhas fisiológicas, buscando indícios de patologia, ou seja, desvios em relação a um padrão de normalidade estabelecido socialmente. No caso em questão, a deficiência intelectual está relacionada à fenilcetonúria.²

– Nós não sabemos exatamente o que causa o tipo de fenilcetonúria da qual Charlie sofria desde criança: algum tipo de ocorrência bioquímica ou genética, possivelmente radiação ionizante, radiação natural ou até um ataque de vírus ao feto; o que quer que seja resultou em um gene defeituoso que produz uma, digamos assim, “enzima dissidente” que cria reações bioquímicas defeituosas. E, é claro, aminoácidos recentemente produzidos competem com enzimas normais, causando dano neurológico. (Keyes, 2018, p. 139)

² De acordo com o Manual MSD, a fenilcetonúria ou *phenylketonuria* (PKU) é uma doença genética caracterizada pela incapacidade do organismo de decompor adequadamente o aminoácido fenilalanina, que se acumula no sangue e pode se tornar tóxico para o cérebro, causando deficiência intelectual.

Assim, a tríade família-escola-medicina forma um conjunto de instituições que se apoiam na governamentalidade do corpo lido como anormal, a partir de uma racionalidade normatizadora, que busca tornar esse corpo produtivo. Como afirma Foucault (2009, p. 132), “o corpo é objeto de investimentos tão imperiosos e urgentes; em qualquer sociedade, o corpo está preso no interior de poderes muito apertados, que lhe impõem limitações, proibições ou obrigações”.

Partindo desse contexto, nesta seção, propomo-nos analisar as práticas discursivas de exclusão que atravessam o sujeito protagonista, investigando os modos pelos quais ele é discursivizado pela família e por instituições que lhe são próximas, como a escola. Nesse sentido, conforme assinala Foucault (2001), o âmbito familiar, no exercício do seu poder interno, estabelece relações de apoio com estruturas adjacentes, as quais alternam na economia do poder. Tais instâncias operam nos discursos como dispositivos de saber-poder que, na narrativa ficcional de *Flores para Algernon*, produzem e regulam regimes de verdade sobre o corpo (a)normal. A esse respeito, foram selecionadas as seguintes formulações linguísticas (FLs):

FL4: — Ele é normal! Ele é normal! Ele vai crescer que nem os outros. Melhor que os outros. — Ela estava tentando arranhar a professora, mas meu pai a segurava. — Ele vai para a faculdade algum dia. Ele vai ser *alguém*. — Ela continuava gritando isso, unhando meu pai para que ele a soltasse. [...] o diretor assistente sorria e virava a cabeça para que ninguém o visse. [...] — Ele vai ter que ir para uma escola especial. Coloquem o garoto na Residência Pública e Centro de Treinamento Warren. Nós não podemos tê-lo aqui. (Keyes, 2018, p. 72-73)

FL5: – Eu não aguento! Ele tem que ir! Nós temos que pensar nela. Não vou permitir que ela volte da escola todos os dias chorando porque as outras crianças riem dela. Não podemos destruir a chance de uma vida normal por causa dele.
– O que você quer fazer? Largar o garoto na rua?
– Mandar para longe. Mandar para a Residência Pública Warren.
[...].
– Ele é mais útil morto. Nunca vai conseguir viver uma vida normal. (Keyes, 2018, p. 171-172)

FL6: — [...] ele decide dar para Harriet seu medalhão, que é em forma de coração [...] ele leva o presente para Hymie Roth no dia seguinte durante o almoço na escola e pede que Hymie escreva no papel para ele. [...] No pátio da escola, os dois irmãos mais velhos dela esperam por ele. Gus o empurra:
— Seu desgraçado, foi você quem escreveu esse bilhete imundo para minha irmã? Charlie diz que não escreveu nenhum bilhete imundo:
[...].
Oscar, [...], puxa Charlie pela camisa e arranca dois botões.
— Fique longe da minha irmã, seu pervertido. Você não devia estar nesta escola de qualquer forma. (Keyes, 2018, p. 56-57)

Observa-se o modo pelo qual o indivíduo (a)normal é significado, seja no âmbito familiar ou escolar, evidenciando disputas de poder. Como aponta Fonseca-Silva (2007), esse

poder, para Foucault, encontra-se em toda parte, pois emerge de todos os lugares por meio de um jogo de forças que se exerce continuamente nas interações sociais. Dessa forma, ora busca-se enquadrar esse sujeito aos padrões normativos, ora aciona-se sua exclusão como efeito de sua não adequação. Inicialmente, vale destacar que tais construções correspondem a lembranças da infância, retomadas por meio de *flashbacks*,³ pós-cirurgia de aumento de QI.

No contexto em questão, a figura materna assume um papel fundamental no funcionamento desse sistema disciplinador ao tentar encaixar o sujeito na norma, negando possíveis indicativos de “anormalidade”. Trata-se de um movimento que submete o indivíduo a práticas corretivas, operadas por “[...] certo número de intervenções específicas em torno de si, [...] técnicas de educação e correção” (Foucault, 2001, p. 73). Assim, ao se contrapor ao posicionamento da instituição de ensino, a reiteração da mãe em “Ele é normal! Ele é normal!”, articulado com “Ele vai crescer que nem os outros” e “Ele vai ser *alguém*”, evidencia esse discurso regulador que busca reinscrever o sujeito na ordem da normalidade.

Entretanto, percebe-se que “*alguém*” encontra-se em destaque produzindo o sentido de reconhecimento social condicionado, como se a existência simbólica e social desse sujeito estivesse atrelada a sua adequação aos parâmetros normativos, negando-lhe o status de indivíduo por ser diferente da maioria. Sendo assim, ao tentar “incluir-lo” a mãe acaba reproduzindo mecanismos de exclusão, colocando-o na posição de incompletude.

Em contrapartida, desloca-se a posição-sujeito, uma vez que aquele que antes era discursivamente “amado”, “protegido” passa a ser hierarquizado no contexto familiar, sendo colocado em posição de inferiorização em relação a irmã mais nova (FL5). A partir desse movimento, a exclusão é produzida de forma explícita, constituindo o sujeito como excesso, ameaça à ordem familiar-social. As práticas de poder acionadas nessa operação “[...] atacam tudo aquilo que separa o indivíduo, que quebra sua relação com os outros” (Foucault, 1995, p. 234-235). Nesse funcionamento, a noção de “vida normal” atribuída à irmã sobrepõe-se à existência de Charlie, operando como princípio regulador que valida sua exclusão.

Tal processo se intensifica na medida que a vida desse sujeito é mensurada a partir de uma lógica funcional e produtivista. Por não corresponder à norma, esse corpo é concebido como “mais útil morto”, tornando-se passível de descarte, assim como na configuração do saber da Renascença. Segundo Foucault (1996), no século XVI, aqueles que apresentavam

³ Segundo a *Encyclopaedia Britannica*, o *flashback* é um recurso narrativo, amplamente utilizado em filmes e obras literárias, com o objetivo de pausar a sequência temporal dos acontecimentos para revelar eventos passados como memórias.

deformidades físicas ou mentais eram classificados e segregados, banidos do convívio social ao serem lançados, sem destino certo, em navios que circulavam pelos rios e/ou canais europeus.

De modo análogo, tal mecanismo de exclusão não se restringe à esfera histórica, estendendo-se a práticas de segregação observáveis em diversos espaços, incluindo o educacional. No ambiente escolar, são empregadas táticas de controle que visam o adestramento dos sujeitos, revelando dinâmicas de poder, sendo o corpo alvo de investimentos que lhe impõem restrições, interdições e obrigatoriedades. Em geral, esse exercício se revela de modo sutil, identificado, por exemplo, na disposição das cadeiras em fileiras; na gestão do tempo (sinais que indicam o início das aulas, intervalo e saída); na vigilância constante, expressa por meio do controle de faltas; nos dispositivos de avaliação; bem como no próprio discurso pedagógico (Franceschini, 2012).

Nesse sentido, o dizer do diretor, observado na FL4, somado à sua linguagem corporal (o sorriso disfarçado), revela como as estratégias coercitivas empregadas produzem e naturalizam esses efeitos de exclusão. Como aponta Fonseca-Silva (2007, p. 57) “[...] a separação se exerce de outro modo e com efeitos diferentes por meio de uma rede de instituições que permite a escuta de um discurso, investido de desejo e carregado de ‘terríveis poderes’”. Assim, ao discutir juntamente com a professora e os pais de Charlie acerca da (não)permanência do garoto em uma escola comum, o diretor se utiliza do discurso pedagógico, a partir de critérios de desempenho e rendimento escolar, erigidos como parâmetros de normalidade. Eles funcionam como um regime de verdade que legitima práticas classificatórias e hierarquizantes, transferindo ao sujeito-aluno a responsabilidade por sua não adequação.

Desse modo, a partir da necessidade de separar o aluno diferente, anormal, do restante, institui-se seu deslocamento para um local em que haverá outros com “deformidades”: “Ele vai ter que ir para uma escola especial. Coloquem o garoto na Residência Pública e Centro de Treinamento Warren”. Tal prática evidencia que “toda relação de poder opera diferenciações que são, para ela, ao mesmo tempo, condições e efeitos” (Foucault, 1995, p. 246). Assim, sob a aparência de uma decisão técnica e pedagógica, esse discurso produz a patologização da diferença “o louco e o são, o doente e o sadio” (Foucault, 1995, p. 231), autorizando a exclusão como medida necessária. Isso revela como a escola, enquanto dispositivo educador e/ou disciplinar, opera na produção de sujeitos ajustados à norma e na marginalização daqueles que dela escapam.

Essa mesma lógica de diferenciação se manifesta nas interações entre os próprios estudantes. Isso se torna evidente na tentativa de Charlie de se enturmar ao presentear Harriet

no do Dia dos Namorados. No episódio em questão, ele ouve os colegas comentarem sobre os presentes que pretendiam dar a garota admirada pela maioria dos meninos, por isso ele internaliza que também gosta dela, decidindo lhe dar seu medalhão em formato de coração com um bilhete confessando seu amor.

Nota-se na FL6 que, inocentemente, por não saber escrever, Charlie pede a ajuda do colega Hymie Roth que, vale-se da condição de vulnerabilidade para escrever um conteúdo impróprio, o expondo o sujeito protagonista ao ridículo e à violência. Conseqüentemente, a reação da garota e dos irmãos é negativa, interpretando Charlie como “desgraçado” e “perverso”, além de submetê-lo a agressões. Nesse momento, Oscar profere o seguinte dizer: “Você não devia estar nesta escola de qualquer forma”, o que coloca Charlie discursivamente como sujeito desviante, reiterando sua exclusão daquele espaço. Percebe-se que a atitude dos garotos não é movida apenas pelo presente, mas sim por causa da presença de Charlie, enquanto diferente, por ele apresentar dificuldades no desempenho cognitivo, ao mesmo tempo em que confirma a suspeita de que ele não teria sido o autor.

As formulações analisadas evidenciam como os dispositivos familiares e educacionais, valem-se de estratégias específicas de normalização, as quais operam por meio da identificação da diferença, sua classificação e, posteriormente, sua separação; resultando na marginalização desse sujeito. Assim, na narrativa, tanto a escola quanto a família participam discursivamente da constituição de Charlie como um indivíduo anormal, ou seja, como aquele que se encontra fora dos limites aceitáveis socialmente. Nesse sentido, Foucault (1995) pontua que o sujeito está inserido em complexas relações de poder que, atuam no processo de subjetivação dos indivíduos. Logo, a diferença não é acolhida; ainda que, em alguns momentos, apresente-se de formada mascarada sob discurso de cuidado e proteção, mas constantemente transformada em desvio, funcionando como mecanismo de controle e exclusão.

4. A espetacularização do (a)normal

Os castigos e as técnicas disciplinares aplicadas ao corpo físico do condenado passaram por intensas transformações ao longo da história, reconfigurando os discursos que o constituem como espaço de vigilância e intervenção, bem como o inscrevem como objeto de saber e poder. Assim, tais deslocamentos articulam saberes, práticas e regimes de verdade próprios de cada época, compreendida como o entrelaçamento de continuidades e interrupções das formações

discursivas que emergem e se extinguem (Gregolin, 2004). O corpo teratológico⁴, desse modo, revela-se como superfície de controle e correção a partir de racionalidades específicas e, ao ser exposto, é convertido em objeto de exploração e/ou espetacularização, como se evidencia na figura de Charlie Gordon nas formulações linguísticas a seguir:

FL7: – Ah, você tinha razão, Frank – Ellen se engasgava. – Ele é sem igual. – Então ela disse: – Aqui, Charlie, coma uma fruta.

Ela me deu uma maçã, mas, quando eu a mordi, era de cera. Então Frank começou a gargalhar e disse:

– Eu disse que ele ia comer. Dá pra imaginar alguém burro o suficiente pra comer fruta de decoração?

– A última vez que eu ri tanto foi quando nós mandamos Charlie ir até a esquina ver se estava chovendo – Joe disse –, naquela noite que o largamos no Halloran’s. (Keyes, 2018, p. 46)

FL8: [...] ao limpar uma mesa [...] ele derrubou alguns pratos. [...] Quando o dono veio conferir o motivo da baderna, o garoto se encolheu: juntou os braços como se para se proteger de um soco. – Tudo bem! Tudo bem, seu tapado [...] Pegue a vassoura e varra essa bagunça. Uma vassoura... uma vassoura! Seu idiota! [...]. Quando o garoto viu que não seria punido, sua expressão assustada desapareceu e ele sorriu e cantarolou ao voltar com a vassoura. Alguns dos clientes mais barulhentos continuaram com os comentários, divertindo-se à custa dele.

– Aqui, filhinho, bem aqui. Tem um pedaço grande atrás de você...

– Vamos lá, faça de novo.

– Ele não é tão burro assim. [...].

Enquanto os olhos vazios do garoto cruzavam a multidão de expectadores entretidos, ele lentamente espelhou seus sorrisos e, por fim, dividiu-se em um sorriso incerto para a piada que ele não entendia. (Keyes, 2018, p. 184)

FL9: – Nós que trabalhamos nesse projeto da Universidade Beekman, temos a satisfação de saber que pegamos um dos erros da natureza e, com nossas novas técnicas, criamos um ser humano superior. Quando Charlie veio até nós, ele estava excluído da sociedade, sozinho em uma imensa cidade, sem amigos ou parentes que cuidassem dele, sem o equipamento mental para viver uma vida normal. Sem passado, sem contato com o presente, sem esperança para o futuro. Pode ser dito que Charlie Gordon na verdade não existia antes desse experimento... (Keyes, 2018, p. 151)

Os procedimentos utilizados pela cultura do olhar para reafirmar o monstro como uma exceção, vale-se, primeiramente, da apresentação coletiva da diferença de Charlie, tornando-o alvo de risos e humilhações. Nesse contexto, segundo Courtine (2013), a exibição pública das deformidades, estranhezas e anomalias do corpo humano funciona como uma estratégia pedagógica para atrair a atenção das massas enquanto reforça as normas sociais sem recorrer diretamente à coerção. Assim, ingenuamente, ao tentar comer a maçã de cera, o sujeito Charlie se torna vítima dessa pedagogia, sendo rotulado como “burro”. Tal escolha lexical, de caráter

⁴ Conforme Courtine (2013, p. 129-129), a teratologia, instituída por Étienne Geoffroy Saint-Hilaire e aprofundada por seu filho, Isidore Geoffroy Saint-Hilaire, constituiu-se, no século XIX, como um campo científico dedicado ao estudo das anomalias e monstruosidades do corpo.

discriminatório, opera nas práticas discursivas atuais como um mecanismo de classificação, fundamentado em parâmetros de inteligência, revelando-se um marcador estigmatizante de (a)normalidade.

O suplício, no entanto, não se restringe a um único episódio, podendo ser observado de modo recorrente em outras interações com os “amigos” do trabalho como à noite do *Halloran's* em que o sujeito protagonista foi convencido a ir a esquina verificar se estava chovendo, sendo abandonado pelo grupo. Essas práticas de poder, regulares, reforçam a identidade de sujeito ingênuo, bobo, incapaz de perceber quando está sendo a atração principal do espetáculo social. Nesse sentido, essa lógica de exibição remonta ao século XIX, quando indivíduos concebidos como anormais eram expostos aos olhares curiosos. Eles apareciam em “[...] barracas ou carroças ambulantes de feira o mais frequentemente, fundos de salas de cafés ou palcos teatrais às vezes, salões particulares para representações privadas mais excepcionalmente” (Courtine, 2013, p. 119). Embora esses locais tenham desaparecido enquanto formas explícitas de exibição, houve sua reinscrição em ambientes diversos, manifestando-se de modo naturalizado.

Os “salões”, dessa forma, migram para os espaços cotidianos, como a festa (FL9) e a padaria (FL8), onde o comportamento monstruoso é constantemente avaliado e, por vezes, motivo de diversão. Isso verifica-se, por exemplo na FL8 quando Charlie sem querer derruba alguns pratos, sendo alvo de zombaria pelos clientes da padaria na qual trabalha como faxineiro desde os dezessete anos. Nesse palco improvisado, a plateia, não apenas observa o acontecido, mas intervém por meio de risos, comentários provocativos e instruções, numa tentativa de regular as ações desse sujeito: “– Aqui, filhinho, bem aqui. Tem um pedaço grande atrás de você... – Vamos lá, faça de novo. – Ele não é tão burro assim. [...]” Para Foucault (1995), esse ato de conduzir condutas, age diretamente sobre o campo de possibilidades do indivíduo por meio de mecanismos coercitivos que não se limitam à violência física, mas se exercem de maneira difusa e contínua.

Assim, no que tange a esse aspecto punitivo, mesmo não havendo agressões físicas explícitas, a reação do dono da padaria e de Charlie, demonstram uma relação de dominação, internalizada pelo próprio sujeito subalterno que antecipa a punição, isto é, o soco. Ao sorrir, cantarolar e voltar para sua rotina, inconscientemente, ele se permite ser “docilizado”, garantindo a continuidade da ordem. Contudo, a suspensão da agressão física não anula a verbal: “tapado”, “idiota”. A operacionalização desses termos busca desqualificar esse sujeito não apenas pelo erro cometido, mas pela produção de uma identidade inferiorizada, na qual a falha é convertida em traço essencial de sua existência. Sobre o poder disciplinar, Foucault (2009) ressalta que ele torna penalizável todas as frações, desde os menores desvios, inserindo

os indivíduos em um regime punível-punidor, no qual todos estão permanentemente expostos à punição e, simultaneamente, participam da vigilância, controle e correção de outros.

Além disso, a dinâmica das feiras, utilizada para difundir a norma, também é empregada pelos pesquisadores, que se apresentam como detentores do saber científico, colocando o indivíduo anormal no centro de uma aparelhagem de correção. Desse modo, Charlie é posicionado como um dos erros da natureza, cuja existência em si mesma infringe leis biológicas e morais. Nesse contexto, Foucault (2001, p. 69) destaca que “[...] o que define o monstro é o fato de que ele constitui em sua existência mesma e em sua forma, não apenas a violação das leis da sociedade, mas uma violação das leis da natureza”. Assim, ao ser considerado uma aberração, o sujeito tem a sua humanidade anulada (“Pode ser dito que Charlie Gordon não existia na verdade não existia antes desse experimento...”), desconsiderando-se seu passado, presente ou futuro a partir de uma perspectiva social e, justificando sua exclusão.

O espetáculo, entretanto, não se restringe apenas à condição de anormalidade, mas estende-se as novas transformações no corpo. Com a intervenção cirúrgica, que possibilitou o desenvolvimento cognitivo, esse sujeito passa a ser interpretado como um ser humano superior, excepcional, cuja inteligência e habilidades, tornam-se objeto de desejo e controle. Nesse contexto, ele deixa de ser exibido como um desvio e passa constituir o ideal de normalidade. Sobre isso Courtine (2013, p. 141) afirma que “[...] as sociedades democráticas de massa pretenderam converter o corpo anormal em corpo ordinário. E desta forma elas se transformaram em espaço de um conflito entre razão política e singularidade do olhar [...]”. A partir disso, percebe-se então que Charlie permanece subordinado a um sistema regulador-punitivo, evidenciando a transformação nos métodos de dominação.

Considerações finais

Este trabalho de conclusão de curso (TCC) buscou analisar as práticas discursivas que instituem a inteligência como parâmetro de (a)normalidade na obra *Flores para Algernon*. Investigou-se como tais discursos atravessam e/ou constituem o sujeito protagonista, Charlie Gordon, o qual passou por uma cirurgia de aumento de QI, reinscrevendo-o em diferentes posições sociais e discursivas. Procurou-se compreender em que medida tais discursos o atravessam e o moldam, produzindo sua inscrição como diferente, (a)normal.

Na narrativa em questão, Charlie é descrito como um homem de quase trinta e três anos, portador de uma condição genética ligada à fenilcetonúria, a qual resultou em danos neurológicos, comprometendo seu processo de ensino-aprendizagem. Essas dificuldades

cognitivas interferem diretamente nas suas relações sociais: família, escola, trabalho e laboratório. Assim, analisaram-se formulações linguísticas que constituem a infância e a vida adulta, destacando a alternância entre os papéis ocupados antes e depois da cirurgia, expondo seus efeitos de sentido.

A análise, nesse contexto, tomou de empréstimo o método arqueogenalógico de Michel Foucault (1995-2009), especialmente seus estudos acerca do corpo como objeto dos regimes de saber-poder, sendo alvo de mecanismos que o inscrevem como campo de emergência de anomalias e disciplinarização. Em um primeiro momento, observou-se que as noções de normalidade e anormalidade são efeitos de práticas discursivas construídas historicamente. Assim, Charlie se subjetiva, e é subjetivado a partir dessa lógica, sendo lido ora como “imbecil”, “burro”, ora como “inteligente”. A alternância na identidade do sujeito é resultado de um conjunto de práticas normativas que o atravessam.

Além disso, examinou-se os procedimentos internos de segregação adotados pela família e por instituições vizinhas, como a escola. Tais instâncias evidenciaram uma alternância na economia do corpo de Charlie, para normatizá-lo, consolidando sua identidade enquanto anormal. Nesse processo, a família, ao tentar enquadrar esse indivíduo na norma, por meio do controle sobre a mente e suas ações, negando indicativos de anormalidade e aplicando táticas de correção, atua na produção de sua marginalização.

Paralelamente, a instituição de ensino, regida por regras institucionais e sociais, por meio do discurso pedagógico, revela dinâmicas de poder que normatiza e normaliza a conduta do sujeito-aluno. Ela opera na classificação e segregação do sujeito Charlie com base em critérios de desempenho e rendimento escolar, instituídos como norma. Problematizou-se, portanto, os efeitos do discurso da inteligência, demonstrando como ele contribui para a consolidação de práticas excludentes, de marginalização social, ao reforçar noções de normalidade e anormalidade.

Por fim, verificou-se a espetacularização do corpo desse sujeito, interpretado como (a)normal, cuja natureza biológica ou conduta moral foge às normas sociais (Foucault, 2001). Nesse processo, Charlie é colocado como objeto de exibição e ridicularização, sobretudo pelos colegas de trabalho. A cirurgia, entretanto, não muda esse cenário; apenas reconfigura os métodos de controle, que agora se estendem às novas transformações no corpo.

Conforme Foucault (2009), o controle dos corpos opera por meio de uma relação entre docilidade-utilidade, em que os sujeitos são colocados no centro de uma aparelhagem de disciplinarização. Desse modo, a inteligência se desloca da falta para se tornar uma ameaça, e o sujeito permanece submetido a dispositivos de vigilância, exame e correção.

Diante do exposto, esta pesquisa busca contribuir para o campo da Análise do Discurso (AD), especificamente na perspectiva foucaultiana, ao aprofundar a compreensão das operações discursivas que incidem sobre os corpos e instituem sujeitos na posição de desvio, anormal. Ao desvelar os modos pelos quais tais processos sustentam práticas de controle, produção de diferença e marginalização, almeja-se incentivar outras pesquisas, ampliando o debate sobre norma e/ou anormalidade, bem como inteligência.

Referências

BÍBLIA. **Bíblia Sagrada**. Tradução dos originais grego, hebraico e aramaico. 222. ed. São Paulo: Editora Ave-Maria, 2024.

CNN BRASIL. **QI: saiba o que é o Quociente de Inteligência e como funciona o teste**. CNN Brasil, 2023. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/saude/qi/>. Acesso em: 13 jun. 2025.

COURTINE, Jean-Jacques. A Normalização dos Anormais: Um dispositivo e suas transformações 1840-1940. *In: _____*. **Decifrar o Corpo: pensar com Foucault**. Tradução de Francisco Morás. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013. p. 115-142.

DEMZCKO, Matt, MD. **Fenilcetonúria (PKU)**. Manual MSD: Versão Saúde para a Família, 2024. Disponível em: <https://www.msdmanuals.com/pt/casa/problemas-de-sa%C3%BAde-infantil/dist%C3%BArbios-metab%C3%B3licos-heredit%C3%A1rios/fenilceton%C3%BAria-pku>. Acesso em 17 jan. 2026.

ENCYCLOPAEDIA BRITANNICA. **Flashback**. Encyclopaedia Britannica, 2016. Disponível em: <https://www.britannica.com/art/flashback>. Acesso em: 09 dez. 2025.

FONSECA-SILVA, Maria da Conceição. Michel Foucault e a Constituição do Sujeito. *In: FONSECA-SILVA, Maria da Conceição*. **Poder-Saber-Ética nos Discursos do Cuidado de Si e da Sexualidade**. Vitória da Conquista: Edições Uesb, 2007. p. 31-76.

FOUCAULT, Michel. **A Arqueologia do Saber**. Trad. Luiz Felipe Baeta Neves. Petrópolis: Vozes, 2005.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso: aula inaugural no Collège de France**, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

FOUCAULT, Michel. Aula de 22 de janeiro de 1975. *In: _____*. **Os Anormais: Curso no Collège de France (1974-1975)**. Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2001. p. 69-100.

FOUCAULT, Michel. Aula de 29 de janeiro de 1975. *In: _____*. **Os Anormais: Curso no Collège de France (1974-1975)**. Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2001. p. 101-135.

FOUCAULT, Michel. O sujeito e o poder. *In*: Hubert L.; DREYFUS, H.; RABINOW, P. FOUCAULT Michel. **Uma trajetória filosófica**: para além do estruturalismo e da hermenêutica. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995. p. 231-249.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir**: nascimento da prisão. Trad. Raquel Ramalhete. 37. ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

FRANCESCHINI, Bruno. **Práticas de poder**: a objetivação e a subjetivação do sujeito aluno hiperativo na mídia. Universidade Estadual de Maringá, 2012. Disponível em: <http://repositorio.uem.br:8080/jspui/handle/1/4280>. Acesso em: 20 nov. 2024.

GREGOLIN, Maria do Rosário. Foucault: o discurso e a arqueologia dos saberes. *In*: GREGOLIN, Maria do Rosário. **Foucault e Pêcheux na Análise do Discurso**: diálogos e duelos. São Carlos: Editora ClaraLuz, 2004. p. 65-109.

KEYES, Daniel. **Flores para Algernon**. Tradução: Luisa Geisler. São Paulo: Aleph, 2018. 288p.



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA - UNEB

Autorização Decreto nº 9237/86. DOU 18/07/96. Reconhecimento: Portaria 909/95, DOU 01/08-95

**DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS - DCH
CAMPUS VI - CAETITÉ/BA**

DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE PLÁGIO

Eu, Cleisla Hellen Borges Paes estudante do curso de Licenciatura/Bacharelado em Letras Língua Portuguesa e Língua Portuguesa e Literaturas da UNEB, Campus VI, Caetité, declaro para os devidos fins, que o trabalho de conclusão de curso (TCC) intitulado A Arquitetura do Sujeito (A)normal em *Flores para Algernon* é de minha autoria. Declaro ainda que os trechos e citações de terceiros presentes no texto estão devidamente referenciados conforme a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), e que assumo inteira e total responsabilidade em caso de identificação de plágio, sujeitando-me às penas previstas no Código Penal Brasileiro.

Caetité, 02 / 02 / 2026.

Cleisla Hellen Borges Paes

Cleisla Hellen Borges Paes – 062210129



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA - UNEB

Autorização Decreto nº 9237/86. DOU 18/07/96. Reconhecimento: Portaria 909/95, DOU 01/08-95

DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS - DCH
CAMPUS VI - CAETITÉ/BA

DECLARAÇÃO DE (NÃO) USO DE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL

Eu, Cleisla Hellen Borges Paes
estudante do curso de Licenciatura em Letras Língua Portuguesa e Literaturas
da UNEB, Campus VI, Caetité, declaro para os devidos fins, que o trabalho de conclusão de
curso (TCC) intitulado
A Arquitetura do Sujeito (A)normal em Flores para Algernon
é de minha autoria.

Considerando que recursos de inteligência artificial **não devem ser utilizados na escrita/produção da redação final do trabalho** de conclusão de curso, declaro também que durante a produção do texto:

NÃO houve o uso de inteligência artificial

SIM, houve o uso de Inteligência artificial. (Neste caso, informe abaixo o uso que foi feito e quais recursos foram utilizados, sabendo que a IA **não deve ser utilizada para escrita** do texto)

A Inteligência artificial foi usada no texto para:

- revisão linguística do texto
- elaboração de imagens e gráficos
- tradução
- Outros (especificar) _____

Cite os recursos de IA que foram utilizados (ex: Chat GPT)

Caetité, 02 / 02 / 2026 .

Cleisla Hellen Borges Paes

Cleisla Hellen Borges Paes – 062210129